

Falta de professores? Porquê tanta aflição, se não vai haver escolas?

Razão tinham os responsáveis políticos que durante pelo menos duas décadas não fizeram caso das projeções acerca da necessidade de contratação de muitos milhares de novos professores. Eles é que tinham e têm razão, grandes visionários!

(Escrevo este texto num tom provocatório, pois ele pretende isso mesmo, convocar e alertar para uma realidade que ganha raiz e caule debaixo dos nossos olhos e que, pelo que percebo nos diálogos que mantenho com professores, pais e diretores, não está a ser tida na devida conta).

Professores? Para quê?

Por todo o lado, mesmo em Portugal, crescem as “escolas” sem professores. É uma realidade em expansão e quase ninguém vê ou quer ver. Os peritos que estudam a revolução tecnológica e informacional em curso bem o dizem e escrevem, há vários anos, mas pensamos que isto só virá a acontecer num futuro distante: o desenvolvimento da robótica e da inteligência artificial (IA) provocará a transformação profunda de algumas profissões, aparentemente muito estáveis, como a de professor, além de desencadear uma perda generalizada de empregos (que alguns otimistas dizem que serão substituídos por outros, na mesma quantidade).

Vejam os o que está a ocorrer, num processo que se acelerou após a pandemia: já não há escolas, há alunos matriculados numa “certificação internacional” (para quê continuar sujeito a um currículo nacional se isso equivale a ficar atrelado a um modelo rígido e fabril de ensino e a uma certificação que não representa nenhuma vantagem, já que o futuro de grande parte dos jovens será emigrar ou trabalhar para multinacionais?), a estudarem sobretudo em casa, com apoio de plataformas eletrónicas de ensino, tecnicamente muito bem construídas (com todo o tipo de recursos didáticos para cada aluno aprender com eficácia) e inseridos em pequenos grupos que se encontram semanalmente em pequenos espaços das cidades e vilas do país. Aqui, cada aluno(a) continua a trabalhar no seu portátil e pode interagir com os outros em workshops vários e conta com um “learning coach” que, face à sua progressão, orienta e dá conselhos sobre os próximos passos. Os materiais disponíveis nas plataformas são quase inesgotáveis: aulas muito bem “dadas” por docentes muito experientes, materiais para estudo e apoio ao “saber mais”, exercícios práticos que a IA consegue personalizar diante das dificuldades e potencialidades de cada criança ou jovem, estimulando sempre as possibilidades de ir mais adiante, sistemas de conversação eletrónica com professores especialistas “eletrónicos” e ainda avisos e alertas sobre o que já está feito e sobre o que falta ainda fazer para atingir os objetivos, etc.

Ou seja, cada criança/jovem tem aqui uma oportunidade incrível de gerir autonomamente as suas aprendizagens em cada dia, cada semana ou mês, de modo muito mais livre, podendo assim escapar às “aulas de seca”, onde teria de ouvir horas e horas professores a debatarem a matéria, desdobrando infindáveis PowerPoint ou as suas dificuldades profissionais, além de não ter de aturar a toda

a hora colegas diferentes, alguns deles inoportunos, indisciplinados e até violentos.

Não será este o melhor dos mundos? Além de já estarem colados ao telemóvel, podem ficar também presos ao computador. Serão muitos os adolescentes e os jovens que não quererão aceder a esta “nova oportunidade”? Perguntem-lhes, se tiverem dúvidas.

Vai deixando de haver escolas

Assim, menos lentamente do que possa pensar, pode deixar de haver escolas, essas instituições onde se convive, aprende e trabalha em conjunto, onde cada comunidade local se reencontra e projeta, onde pode desabrochar a humanidade que habita em cada uma e em todas as crianças e jovens, sem exceção.

Nas novas “escolas algoritmizadas”, os “professores eletrónicos” são todos “excelentes”, serão necessários muito poucos professores de carne e osso e os que subsistirem terão de se transformar em “learning coach” ou em “personal trainers”.

Os “professores eletrónicos” não se cansam nem se desgastam, produzem todo o tipo de relatórios para a tutela, com apoio da IA, ao minuto e sem qualquer reclamação, não faltam, não entram em conflito com a mesma tutela nem fecham as escolas, o que, neste momento, constitui um cenário que atrai mais famílias da classe média e alta do que possa parecer.

A escolarização tende assim a abandonar o espaço público e a remeter-se para o consumo particular e individual. A circulação internacional dos novos cidadãos globais fica desde logo assegurada pelo tipo de certificações atribuídas, o que bate certo quer com a ervilha em que o mundo globalizado se está a tornar, quer com a necessidade de os jovens portugueses emigrarem, confrontados com a incapacidade de o nosso país reter aqueles que qualifica.

Ah, também deixa de haver políticas nacionais de educação (já não deixou de haver há muito?), basta estas novas “escolas” seguirem as orientações programáticas das grandes agências mundiais, que emitem constantes recomendações e que avaliam as políticas nacionais e o desempenho escolar dos alunos (como o PISA), alunos esses agora já ensinados e certificados internacionalmente.

Que faremos com a promessa escolar da modernidade? Que faremos com os grandiosos edifícios outrora e recentemente (re)construídos para uma grandiosa escolarização nacional, onde cada cidadão tem de cumprir um longo “serviço escolar obrigatório”?

Nós damos a lenha para essa fogueira

Entretanto, estas e outras importantes questões se levantam: que será feito da riqueza relacional da escola, das relações professor-aluno e entre alunos e do próprio acesso mediado ao conhecimento? Que sucederá se perdermos progressivamente o ambiente escolar de socialização e de aprendizagem da vida em comum, entre todos os cidadãos? Que será feito da própria sociedade como a conhecemos e da possibilidade de vivermos uns com os outros, se tudo se tenderá a fechar sobre cada indivíduo e em redor de grupos de mesmidade?

Todavia, para muitos e também para quem está sempre à espreita das oportunidades do mercado, as perguntas têm algum sabor a lágrimas de crocodilo.

De facto, se é verdade que o mercado espreita todas as oportunidades para as aproveitar em benefício de alguns, os do costume, também não é menos verdade que políticas educativas seguidas durante décadas, por governos, escolas, direções, professores, sindicatos de professores, associações de pais e autarquias, têm aberto excelentes portas para este futuro sem escolas poder acontecer. Vejamos.

Apregoámos que a escola pública e democrática se pauta pela promoção da igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos e ela continua a reproduzir e a cristalizar as desigualdades de partida. Em Portugal, somos peritos nisso. A prometida escola para todos continua a ser a escola que é cruel para uma parte dos cidadãos, que humilha e marginaliza.

Proclamámos uma educação para a sã convivência social e todos os dias governos, professores e pais promovem, nas aulas e na sua avaliação, uma forte competição e rivalidade entre as crianças e os jovens, dizendo-se apenas intérpretes da “imprescindível necessidade de preparação dos alunos para a sociedade competitiva que nos rodeia”.

Anunciámos a toda a hora que o que mais valorizamos é uma educação e uma escola ao serviço do pleno desenvolvimento dos cidadãos e da promoção da cidadania responsável (até redigimos o “Perfil dos Alunos”!) e, em cada dia, selecionamos uns, que dizemos serem “os mais aptos”, classificamos e desclassificamos diariamente crianças e jovens, continuando a avaliar as suas aprendizagens e o seu desenvolvimento através de modelos fossilizados e quase exclusivamente mediante testes e exames, deixando cair, na prática, a promoção da maioria das competências pessoais e sociais dos seres humanos.

Declarámos urbi et orbe que os alunos são sujeitos de aprendizagem, que cada um pode contar com todo o apoio individual necessário por parte de cada instituição escolar e, no quotidiano, continuamos a fazer deles, em boa medida, objetos de ensino, recetáculos quietos e disciplinados dos saberes codificados, inseridos em grupos-turma rígidos e bem alinhados, de costas voltadas uns para os outros.

Sejamos claros. Quanto mais dissermos uma coisa e fizermos outra, dando palco a estas profundas incoerências institucionais e políticas, mais vigorosamente crescerão estas “novas escolas”.

As plataformas eletrónicas e a IA promovem muito melhor a competição e as boas notas, fazem-no de modo brilhantemente individualizado, apoiam cada aluno no minuto certo e guiam-no na senda de uma completa “aquisição das aprendizagens essenciais”; além disso, ninguém precisa de estar sentado horas a fio a ver a paisagem das costas dos colegas da frente e cada um pode gerir o seu quotidiano, aprendendo a qualquer hora e em qualquer lugar, ao ritmo que pretender e na posição corporal que mais lhe convier.

Quanto mais a educação for um bem de “consumo alienado”, mais se desfaz o laço social que ela contém e a sua utilidade passa a declinar-se em redor da sua mensurabilidade. A educação deixa de ser um lugar para se poder ser e passa a

representar um sítio de frequência obrigatória para se adquirirem aulas, certificados e diplomas.

Quanto mais tornamos a escola antropológicamente exígua e axiologicamente estreita, liofilizando o ensino e a aprendizagem, mais estamos a contribuir, nós mesmos, para a algoritmização da educação.

Não, o que acontece não é apenas obra dos outros, dos perversos que seguem a lógica do mercado educacional, nós próprios somos os atores que, provavelmente sem o sabermos, já fomos capturados pela sua lógica de pensamento e de ação. Lentamente, claro, muito lentamente, como acontece com a ferrugem.

Só encostados à parede?

O mercado sempre foi e continuará a ser implacável e percebe como ninguém como se salva “miraculosamente” um carro desgovernado que vai contra uma parede. Os gigantescos avanços da tecnologia estão a ser e serão os principais fatores da mudança do subsistema escolar, não são os reformadores educacionais nem as boas intenções dos decisores políticos e das direções de muitas escolas. Nem os belos decretos, nem os belos Projetos Educativos de cada escola e os seus intermináveis Planos de Atividades ou os seus inenarráveis Relatórios de Autoavaliação ou ainda os retoricamente avançados Projetos Educativos Municipais.

Não, não são. Eles enchem-nos os dias, esgotam-nos o ser, esmagam-nos o sentir, mas não nos enriquecem.

Alguns persistem, reclamam e agitam a bandeira: e a escola pública? Não se pode destruir o serviço público de educação!

A resposta é clara, pois o jogo está a ser jogado à vista de todos e há bastante tempo: a escola pública corre sérios riscos de ser a opção de excelência para os pobres, para os que não conseguem escapar-lhe rumando para outras escolas e para as novas modalidades de ensino e aprendizagem. A convivência social escolar parece ser boa para uma classe média baixa e para os pobres, coitados, que antes do 25 de abril nem a isso tinham direito.

A seletividade social e escolar segue o seu caminho e há muito que criou outros diplomas que são mais válidos no mercado e agora está apostada em acolher e bendizer outras e novas formas de escolarização e certificação, mesmo que sem escolas.

Enquanto uns continuam a esgrimir as utopias educacionais dos Séc. XIX e XX em instituições que preferem entrar no futuro às arrecuas e que deixam de ouvir e servir as pessoas concretas, cada pessoa que mora em cada aluno, as distopias estão a encarregar-se de fazer o trabalho sujo de as corroer e destruir.

Pergunto: só encostados à parede, onde e quando já não temos mais para onde fugir, embora possamos continuar a falar e a agir ininterruptamente, só para mantermos a bicicleta em andamento, mesmo sem norte, será apenas aí, encostados à parede, que paramos e nos dispomos a pensar, seriamente e em conjunto, no espaço público, sobre o fim da escola?

E, contra a parede, somos nós que pensamos e agimos ou apenas reagimos perante quem aí nos encostou? Ainda não percebemos que o “contrato social”

para a educação que nos trouxe até aqui, produzindo, nos últimos cinquenta anos, um benefício imenso para a sociedade portuguesa e para a maioria dos cidadãos, precisa de ser reinventado, urgentemente, de tão esgotado que se apresenta (sendo em boa parte responsável pelo atual esgotamento dos professores) e de tão aniquilado que tende a ser, diante dos nossos olhos? Ainda não percebemos “que todos podemos morrer de sede em pleno mar” (J.M.F. Jorge)?

Não querer ver e pensar, corajosa e despojadamente, sobre o que se passa e, entretanto, optar por sair à rua e gritar até à exaustão “escola pública”, “escola pública”, sem mais, é pouco, é mesmo muito pouco, cheira a fim de época, a estertor. Os avanços da eletrónica, da IA e o anunciado tempo do transumanismo aí estão com toda a pujança e nós, orgulhosa e preguiçosamente instalados no passado, vamos fechando os olhos a um presente que queima e encandeia. Assim, bem encostados à parede.